

* 5 NOV 1993

Direito ao azar

ESTADO DE SÃO PAULO

Stanislaw Ponte Preta, cuja obra está sendo agora relançada nas livrarias, cunhou uma frase que bem poderia ser o lema dos tempos atuais: "Ou nos locupletemos todos ou se restaure a moralidade." O cinismo implícito na opção seria animador (ou até mesmo restaurador), se a alternativa, ao menos, existisse.

Durante muito tempo, o sistema social, econômico e político, no poder no Brasil desde há muito, vendeu a ilusão de que, sendo impossível a locupletação coletiva, restava aos pobres cidadãos, expulsos que foram das proximidades da mesa com toalha de renda do grande banquete da corrupção, pelo menos a possibilidade concreta de contar com a sorte. Da mesma forma que a inflação, um imposto invisível e um imperceptível mecanismo de cruel concentração de renda, o jogo, bancado pelo Estado, passou a ser um elemento de legitimação da natureza excludente do processo de concentração de poder.

Tamanha tem sido a concentração da renda e, da mesma forma, tão excludente tem sido a concentração de poder que está sendo confiscado do brasileiro comum o direito elementar à sorte grande. O heroísmo individual do desdentado,



A guerra social se trava num campo de batalha exclusivo dos excluídos

ganhando na Loteria Esportiva o título de sócio remido do clube *privé* dos donos de gado e gente, está sendo eliminado do noticiário, cada vez mais pobre de notícias ricas, porque a sorte passou a ser, também, privilégio dos proprietários de legendas e cartórios. Somente aos detentores de ingressos para os salões do poder político e da fama social se reserva o direito de ganhar nas roletas. No lance de dados, foi abolido o aca-

so. Pobre Mallarmé!

A divulgação do fato extraordinário de ter sido o deputado João Alves bafejado pela vitória nas diversas loterias patrocinadas pelo poder público brasileiro mais de 200 vezes revela uma nova face da cruel dominação política no Brasil. Aos beneficiários de sempre, donos de cartórios econômicos e donatários de nossa não tão serena República, se reservam, também, os privilégios da sorte. Para a maioria dos apostadores, que trabalham e pagam impostos, resta o consolo da exatidão semântica: os jogos são sempre "de azar" mesmo, pois eles pagam pelos volantes nas loterias, cabendo aos "sortudos" a busca repetida de todos os prêmios nas agências da Caixa Econômica Federal.

Esta situação de injustiça abso-

luta merece a definição dada por um profeta, um verdadeiro "pensador popular brasileiro", o menestrel baiano Gilberto Gil. Sim, de fato, existe um violento "apartheid" social no Brasil, país que se orgulha tanto de sua "democracia racial" (outra manifestação explícita da hipocrisia nacional). No "apartheid" social brasileiro, há os que mandam e desmandam, do lado de dentro da cerca, ficando do lado de fora os que obedecem, se tiverem juízo. Há os "cavalcantis" e os "cavalgados".

Nosso "apartheid" é tão violento que a guerra social, cujo barulho poderia manter despertos aqueles que comem, na verdade se trava num campo de batalha exclusivo dos excluídos. Ou seja, a ameaça, descrita pelo economista Eduardo Giannetti da Fonseca, de o País se dividir entre os que não comem e os ameaçados de não dormir, se reali-

za apenas pela metade: quem não come também não dorme, seja por estar com o estômago vazio, seja por ter o próprio barraco invadido no barulho da noite pelas tropas armadas de "justiceiros", guerrilheiros armados na injustiça.

A máfia do Orçamento, montada nas entrelinhas da Constituição "cidadã" e armada pelas distorções de um regime promíscuo, retirou do cidadão discriminado o direito à ilusão da sorte lotérica. O melhor resultado da CPI, criada nas entranhas do Poder Legislativo para puni-la, seria desmontar e desarmar outras ilusões, arapucas construídas, em séculos de autoritarismo, de um lado, e de populismo, do outro, movimento pendular favorável às ratazanas de sempre, que só querem garantir ao povo o direito ao azar.

■ José Neumann, jornalista e escritor, é autor de A República na Lama

